



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009312-98.2013.8.17.0000 (0313710-2)

COMARCA: JUREMA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENDERSON NANES MATUTINO

PACIENTE: NIVALDO MONTE COELHO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA


EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ÉDITO CONSTRITIVO FUNDADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ALEGAÇÃO DE DESFUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. IMPROCEDÊNCIA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME, ALIADA À PERICULOSIDADE DO PACIENTE ILUSTRADA PELO CONTUMÁCIA DELITIVA. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA DO CORRÉU INCABÍVEL. PREENCHIDOS OS REQUISITOS ESTAMPADOS NO ART. 312 DO CPP. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA.

1. Foi decretada a prisão preventiva do paciente sob a égide da garantia da ordem pública e da aplicação da Lei Penal.
2. O impetrante se insurge contra uma suposta ausência de fundamentação do decreto prisional, afirmando que a autoridade indigitada coatora descurou em apontar concretamente os motivos, elementos e pressupostos da prisão processual.
3. A alegação de desfundamentação do édito construtivo não merece acolhida, uma vez que a contumácia delitiva do paciente demonstra sua periculosidade.
4. A insurgência contra a suposta insuficiência do acervo probatório não merece guarida diante da cognição perfunctória do *Habeas Corpus*.
5. Incabível a extensão dos efeitos da concessão da liberdade provisória do corréu, uma vez que este é primário e portador de bons antecedentes. O paciente, ao seu turno, possui condenação criminal e ainda responde a outros processos penais.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0009312-98.2013.8.17.0000 (0313710-2), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 1 de 10 de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009312-98.2013.8.17.0000 (0313710-2)

COMARCA: JUREMA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENDERSON NANES MATUTINO

PACIENTE: NIVALDO MONTE COELHO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Henderson Nanes Matutino, em favor de **NIVALDO MONTE COELHO**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Jurema/PE.

Consta nos autos que, no dia 10 de fevereiro de 2013, o paciente, juntamente com outro denunciado, matou, mediante disparos de arma de fogo e sem qualquer motivação aparente, a vítima Isaías de Sobral.

Foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2º, inciso II, c/c art. 29, parágrafo 2º, todos do CPB, tendo sido decretada sua prisão preventiva, sob a égide da garantia da ordem pública e da aplicação da Lei Penal.

Na arial, o impetrante se insurge contra o édito construtivo, afirmando que padece de ausência de fundamentação, tendo a autoridade indigitada coatora destacado, tão somente, a gravidade abstrata do delito imputado ao acusado.

Afirma ainda que o acervo probatório não é suficientemente contundente quanto à autoria do crime por parte do paciente, e ainda pugna pela extensão dos efeitos da revogação da prisão preventiva do correu Antônio José da Silva, aduzindo que as situações deste e do paciente são idênticas.

Dessa forma, pugna pela concessão da ordem, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o acusado.

Juntou documentos às fls. 18/88.

A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 93/94.

A autoridade indigitada coatora prestou as informações solicitadas às fls. 106/107, bem como colacionou documentos às fls. 108/127.

A douda Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 131/132, opinou pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 01 de 10 de 2013.

Des.  Gustavo Augusto Lima

Relator



110

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0009312-98.2013.8.17.0000 (0313710-2)

COMARCA: JUREMA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: HENDERSON NANES MATUTINO

PACIENTE: NIVALDO MONTE COELHO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Henderson Nanes Matutino, em favor de **NIVALDO MONTE COELHO**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Jurema/PE.

125

A pretensão heróica cinge-se, em síntese, à alegação de ausência de fundamentação do decreto constritivo, porquanto a autoridade indigitada coatora teria fundamentado a necessidade da prisão preventiva tão somente na gravidade abstrata do ato imputado ao paciente, descurando em apontar os fatos concretos que tornariam indispensável a decretação da custódia cautelar.

A defesa ainda afirma que o acervo probatório não é suficientemente contundente no sentido de que o paciente tenha sido o autor da infração penal a ele imputada, e ainda pugna pela extensão dos efeitos da revogação da prisão preventiva do correu Antônio José da Silva, alegando que ambos compartilham de identidade de situações fáticas e jurídico-processuais.

Consoante relatado, o paciente foi denunciado, juntamente com outro acusado, como incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2º, inciso II, c/c art. 29, parágrafo 2º, todos do CPB, tendo sido decretada sua prisão preventiva, sob a égide da garantia da ordem pública e da aplicação da Lei Penal.

Cumpre ressaltar de início que, diante da natureza perfunctória do *Habeas Corpus*, não cabe analisar, nos estreitos limites do presente *writ*, matéria relacionada à produção probatória. É inerente ao caráter da ação constitucional de *Habeas Corpus* a prova pré-constituída, razão pela qual a análise/percepção da autoria do crime ou da materialidade do delito deve ser concretizada na instrução do feito criminal.

Ademais, sem adentrar minuciosamente no mérito probatório, verifica-se que há uma incoerência nos depoimentos prestados pela companheira da vítima, que em fase inquisitorial afirmou veementemente que o paciente teria sido o autor dos disparos de arma de fogo que culminaram na morte da vítima, porém, em juízo, alegou que foi coagida pela Autoridade Policial a reconhecer o acusado, apesar de constar sua assinatura, com firma reconhecida, no termo de declaração.

Analisando a alegação de desfundamentação do édito constritivo e de ausência dos pressupostos da prisão preventiva, entendo que não assiste razão à defesa.

Por pertinente, colaciono ao voto um trecho da decisão impugnada:

"(...) O representado não é um pacato cidadão. Possui registro de antecedentes criminais pela prática de outros crimes contra a vida, além de porte ilegal de arma de fogo. Já tendo, inclusive, sofrido condenação criminal. (...)"

Do exame do trecho da decisão judicial vergastada, constata-se que a autoridade indigitada coatora apontou concretamente os motivos da decretação da prisão preventiva, tendo destacado a periculosidade do paciente, ilustrada pela sua contumácia na prática de infrações penais.

Dessa forma, a edição do édito construtivo, nos moldes esposados pela inclita autoridade apontada como coatora, com fundamento na garantia da ordem pública, alicerçando-se na periculosidade do acusado, afigura-se devidamente motivada.

Sabe-se que, para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, possa subsistir, devem estar presentes não apenas as hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal, devendo também o magistrado, ao determinar sua imposição, indicar os elementos concretos que levaram ao reconhecimento dos requisitos e dos pressupostos legais para a manutenção da custódia preventiva.

Sendo assim, a decisão que decreta a prisão preventiva deve suscitar, ainda que de forma concisa, com base nos elementos dos autos, a materialidade do fato delituoso, indícios suficientes da autoria, bem como a imprescindibilidade de tal medida para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, da preservação da instrução criminal ou da segurança da aplicação da Lei Penal.

Esta é a hipótese dos autos, senhores Desembargadores. Portanto, não vislumbro qualquer espécie de ausência de fundamentação no decreto prisional impugnado.

Neste sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. LIBERDADE



PROVISÓRIA INDEFERIDA. CONTUMÁCIA DELITIVA. PERICULOSIDADE. NECESSIDADE DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. 1. O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE POR INFRINGIR O ART. 121, CAPUT, C/C O ART. 29, CAPUT E O ART. 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL, POIS TERIA EFETUADO DISPARO DE ARMA DE FOGO CONTRA A VÍTIMA EM LOCAL PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS. 2. DEMONSTRA ALTISSIMO GRAU DE PERICULOSIDADE O AGENTE QUE CIENTE DE QUE SEU COMPORTAMENTO PODE COLOCAR EM RISCO A INCOLUMIDADE PÚBLICA, AINDA ASSIM, LEVA A TERMO A EXECUÇÃO DO CRIME. 3. A CONTUMÁCIA CRIMINOSA DO PACIENTE NÃO SE COMPATIBILIZA COM A LIBERDADE PRETENDIDA, UMA VEZ QUE DEMONSTRA PROPENSÃO PARA A SEARA CRIMINOSA, REVELANDO COM SUA CONDUTA COMPORTAMENTO INADEQUADO E INCOMPATÍVEL COM A ORDEM PÚBLICA. 4. ORDEM DENEGADA.

(TJ-DF - HC: 9900520128070000 DF 0000990-05.2012.807.0000, Relator: ARLINDO MARES, Data de Julgamento: 02/02/2012, 3ª Turma Criminal, Data de Publicação: 10/02/2012, DJ-e Pág. 163)

Por derradeiro, o impetrante pugna pela extensão dos efeitos da revogação da prisão preventiva do correu Antônio José da Silva.

Compulsando os autos, em que pese a alegação de identidade de situações compartilhada pelos denunciados, verifica-se que o correu beneficiado com a concessão da liberdade provisória é primário, portador de bons antecedentes, com residência fixa e ocupação lícita. A autoridade indigitada coatora ainda destacou que não existem indícios suficientes de autoria do crime, bem como que, diante de suas características pessoais, não há que se falar em abalo à ordem pública, à conveniência da instrução criminal ou à aplicação da Lei Penal com sua soltura.

O paciente, ao seu turno, já foi condenado criminalmente pela prática de outros crimes, a ainda responde a outros processos penais, o que demonstra, incontinenti, a sua contumácia delitiva e, conseqüentemente, sua periculosidade.

144

Sendo assim, não merece prosperar o pleito de extensão dos efeitos da concessão da liberdade provisória, uma vez que ainda se fazem presentes, quanto ao paciente, os pressupostos do encarceramento provisório.

Destarte, não identifico nenhum constrangimento ilegal a ser sanado através da impetração do presente remédio heróico.

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor(a) Procurador(a) de Justiça, concordando com a promoção exarada pela douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 01 de setembro de 2013.

Des.  Gustavo Augusto Lima

Relator